

Compass Um Participações S.A.

CNPJ: 43.824.335/0001-37

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração

Compass Um Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como atividades principais, a administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos. Por meio de sua subsidiária tem como atividade, a distribuição de gás natural canalizado no estado do Rio Grande do Sul para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração. Encerramos o ano de 2025 com sólidos resultados advindos de nossa subsidiária Sulgás, totalizando um lucro líquido de R\$ 72,0 milhões. Também através da Sulgás, nossos investimentos em infraestrutura de concessão totalizaram R\$ 93 milhões, sendo R\$ 62 milhões na expansão de rede e ligação de novos clientes, resultado do nosso compromisso com o desenvolvimento do mercado de gás. São Paulo, 19 de março de 2026.

Balancos Patrimoniais (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.692	45.235
Recebíveis de partes relacionadas		-	2.099
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.460	1.771
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8	23.513	14.394
Ativo circulante		31.665	63.499
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	646	1.336
Investimentos	8	848.266	857.219
Ativo não circulante		848.912	858.555
Total dos ativos		880.577	922.054

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos			
Imposto de renda e contribuição social		1.376	250
Outros tributos a pagar		493	6
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	684	-
Redução de capital social a pagar	10	34.856	-
Passivo circulante		37.409	256
Total do passivo		37.409	256
Patrimônio líquido	10	843.168	921.798
Capital social		766.000	915.995
Reservas de lucros		77.168	5.803
Total do patrimônio líquido		843.168	921.798
Total do passivo e patrimônio líquido		880.577	922.054

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024		915.995	5.803	-	-	921.798
Resultado líquido do exercício		-	-	-	72.049	72.049
Total de outros resultados abrangentes		-	-	-	72.049	72.049
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Redução de capital social	10	(149.995)	-	-	-	(149.995)
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	-	-	-	(684)	(684)
Constituição de reserva legal	10	-	3.602	-	(3.602)	-
Retenção de lucros		-	-	67.763	(67.763)	-
Total de contribuições e distribuições		(149.995)	3.602	67.763	(72.049)	(150.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		766.000	9.405	67.763	72.049	843.168
Saldo em 31 de dezembro de 2023		957.000	3.951	67.725	-	1.028.676
Resultado líquido do exercício		-	-	-	37.060	37.060
Total de outros resultados abrangentes		-	-	-	37.060	37.060
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:						
Redução de capital social	10	(41.005)	-	-	-	(41.005)
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	-	-	(67.725)	(35.208)	(102.933)
Constituição de reserva legal	10	-	1.852	-	(1.852)	-
Retenção de lucros		-	-	67.725	(67.725)	-
Total de contribuições e distribuições		(41.005)	1.852	67.725	(37.060)	(143.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		915.995	5.803	-	-	921.798

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: A Compass Um Participações S.A. ("Compass Um" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 8 de outubro de 2021, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final. A Companhia tem como atividades principais, a administração, controle, ou mesmo gestão de portfólio de investimentos. Por meio de sua subsidiária tem como atividade, a distribuição de gás natural canalizado no estado do Rio Grande do Sul para clientes da categoria industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração. **Impactos da Reforma Tributária:** Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar 214/2025 que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e determina que, a partir de 01 de janeiro de 2026, se inicia o exercício teste com a obrigatoriedade de destaque desses tributos em documento fiscal de forma informativa. Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado. Em conclusão ao descrito acima não haverá impactos nas peças contábeis e recolhimento dos tributos para o exercício de 2025 e 2026. A Companhia e subsidiárias estão adaptando-se em preparação para o cumprimento das regulamentações aplicáveis. **2. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e observadas as disposições da Lei nº 6.404, de 27 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações). A apresentação das demonstrações consolidadas é facultativa, pois a Companhia está em conformidade com CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, assim como, IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, parágrafo 4(A) e seus desdobramentos. Dessa forma, a Companhia apresentou somente as demonstrações financeiras individuais, cuja consolidação está sendo apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas por meio da acionista Compass Gás e Energia S.A. As informações materiais próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, conforme nota explicativa 5. A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras. A Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na análise da Administração, não possui passivos contingentes relevantes que demandem provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, nos termos do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 19 de março de 2026. **3. Políticas contábeis, premissas e estimativas materiais:** As políticas contábeis, premissas e estimativas materiais, assim como as áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade aplicadas a preparação destas demonstrações financeiras são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo: **3.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Uso de julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias. Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota 8 - determinação das premissas utilizadas na mensuração de valor justo dos investimentos em subsidiária. 4. Normas contábeis: 4.1. Normas contábeis vigentes a partir de 2025: Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** A alteração específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras foram introduzidas pela norma. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Companhia possui expectativa de impacto com a adoção a partir de 2027 e está avaliando os efeitos da adoção nas demonstrações financeiras e respectivas divulgações. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam tornar determinados requisitos da norma mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas Ambiental, Social e Governança ("ESG"); (ii) Desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **5. Ativos e passivos financeiros: Política contábil:** A classificação dos ativos financeiros é baseada em dois critérios: **•** o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; **•** características contratuais dos fluxos de caixa. Os passivos financeiros são classificados como mensurados a custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando: **•** é mantido para negociação; **•** é derivativo (exceto contratos de garantia financeira e contratos de compra e venda com liquidação futura que não tenham como finalidade a negociação); ou **•** é designado como tal no reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescido ou deduzido de eventuais custos de transação. A mensuração subsequente será conforme a classificação dada: **•** Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidas no resultado. **•** Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.692	45.235
Recebíveis de partes relacionadas		-	2.099
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	8	23.513	14.394
Total		28.205	61.728
Passivos			
Custo amortizado			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	684	-
Redução de capital social a pagar		34.856	-
Total		35.540	-

6. Gestão de risco financeiro: O gerenciamento de risco financeiro da Companhia considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesso de líquido. **Risco de Mercado:** A Administração gerencia e controla as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno. **Risco da Taxa de Juros:** A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado. O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa		4.692	45.235
Risco de Crédito: Os montantes de caixa e equivalentes de caixa, são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:			
		Provável	Cenários
Exposição taxa de juros	31/12/2025	Juros Valor	25% 50% (25%) (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	4.692	CDI -13,44%	631 788 946 473 315
Risco de Liquidez: A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação. 7. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:			
	31/12/2025	31/12/2024	
AAA	4.692	45.235	

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento		
Bancos conta movimento	-	2
Total	-	2
Aplicações em bancos		
Aplicações financeiras	4.692	45.233
Total	4.692	45.233

As aplicações financeiras são realizadas com banco de primeira linha e foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, com rendimentos e limite diários. **8. Investimentos: Política contábil: Subsidiárias:** Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidadas quando o controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para seus ativos e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. **Mensuração dos valores justos:** Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. O valor justo alocado para a subsidiária Sulgás está atrelado a seu contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. A subsidiária da Companhia está listada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Participações diretas em subsidiária		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	51,00%
A seguir está o investimento em subsidiária em 31 de dezembro de 2025:		
Movimentação:		
	Resultado de Dividendos e Juros	Saldo em Dividendos a receber
	Saldo em equivalência patrimonial	Saldo em Dividendos a receber
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	857.219	73.283
Total	857.219	73.283

	31/12/2025	31/12/2024
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	899.078	34.255
Total	899.078	34.255

	31/12/2025	31/12/2024
Subsidiária		
Valor Contábil		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	1.012.263 (743.683)
Valor Justo		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	2.122.125 (727.438)
Total do investimento		
	Resultado de Dividendos e Juros	Saldo em Dividendos a receber
	Saldo em equivalência patrimonial	Saldo em Dividendos a receber
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	857.219	73.283
Total	857.219	73.283

	31/12/2025	31/12/2024
Subsidiária		
Valor Contábil		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	1.012.263 (743.683)
Valor Justo		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Sulgás	51,00%	2.122.125 (727.438)
Total do investimento		
Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:		
Saldo em 31/12/2023		19.608
Dividendos propostos		72.692
Juros sobre capital próprio proposto		3.422
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto		(513)
Dividendos e juros sobre capital recebidos		(80.815)
Saldo em 31/12/2024		14.394
Dividendos e juros sobre capital próprio proposto		82.236
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto		(792)
Dividendos e juros sobre capital recebidos		(72.521)
Saldo em 31/12/2025		23.513

9. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido. **Imposto de renda e contribuição social corrente:** É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Imposto de renda e contribuição social diferido:** É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura. A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável. **Exposição fiscal:** A determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	11	(334)	105
Outras receitas operacionais, líquidas		-	151
Resultado Operacional		(334)	256
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(334)	256
Equivalência patrimonial em subsidiária	8.1	73.283	34.255
Resultado de equivalência patrimonial		73.283	34.255
Despesas financeiras		(339)	(619)
Receitas financeiras		1.506	6.340
Resultado financeiro líquido	12	1.167	5.721
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		74.116	40.232
Imposto de renda e contribuição social	9		
Corrente		(1.377)	(2.213)
Diferido		(690)	(959)
		(2.067)	(3.172)
Resultado líquido do exercício		72.049	37.060

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício		72.049	37.060
Outros resultados abrangentes:			
Resultado abrangente do exercício		72.049	37

→★ continuação

Membros da Diretoria

Antonio Simões Rodrigues Júnior - Diretor Presidente
Taísa Oliveira Maciel - Diretora Executiva

Compass Um Participações S.A.

Membros do Conselho de Administração

Antonio Simões Rodrigues Júnior - Presidente do Conselho de Administração
Renato Aparecido Fontalva - Conselheiro
Rafael Mattos Alvarez - Conselheiro

Contador

Leonardo Leroy Simis Ratke
 CRC 1SP326956/0-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Compass Um Participações S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Compass Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Mudança de auditor relatório anterior não modificado:** Valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de março de 2025, sem ressalvas. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é

responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas

evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada, como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/0-5

Mozart Hasselman de Abreu Leite
 Contador CRC BA036873/0-7

PODCAST

Estadão Analisa

com Carlos Andreazza

Uma das principais vozes da análise política brasileira está no podcast 'Estadão Analisa'.



Assista **AO VIVO** pelo canal do **Estadão** no **Youtube**.

Estadão Analisa
com Carlos Andreazza

DE SEGUNDA A SEXTA

7h DA MANHÃ



Ou ouça depois nas **principais plataformas de áudio e vídeo** do Estadão.

ESTADÃO